

ACESSO À EDUCAÇÃO E COMBATE À DESIGUALDADE: O PAPEL DA EDUCAÇÃO NO ÂMBITO DO PLANO BRASIL SEM MISÉRIA

José Henrique Paim Fernandes

A literatura recente em políticas públicas aborda com bastante ênfase os problemas que resultam da segmentação e fragmentação das políticas, ressaltando a necessidade de aumentar a interação e a sinergia entre os diversos atores estatais como condição para tornar a política pública mais eficiente, eficaz e efetiva¹. A questão da intersetorialidade é considerada necessária ao enfrentamento de problemas reais, que, em sua totalidade e complexidade, exigem medidas que perpassem os limites estabelecidos por ministérios, secretarias e até mesmo esferas federativas, exigindo maior esforço na coordenação da ação estatal. A desigualdade social histórica no Brasil é um desses casos. Não se pode distinguir com clareza em que medida a pobreza é o resultado ou a causa da falta de alimentação adequada, condições de saúde, emprego e educação. O fato é que ações segmentadas dificilmente serão suficientes para lidar com o desafio da redução da pobreza.

¹ LOPES DA SILVA (2013) e a bibliografia ali citada.

Neste sentido, o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), e mais especificamente o Plano Brasil sem Miséria, exemplifica o que há de mais efetivo na execução de políticas públicas ao reconhecer a necessidade de compartilhar suas ações com outros atores. O Ministério da Educação (MEC), por sua vez, coloca-se à disposição enquanto parceiro no enfrentamento das questões sociais mais graves do país, convicto de que é a educação que permite tornar a inclusão social uma realidade perene. A extrema desigualdade, que, historicamente, marcou o desenvolvimento econômico e social do Brasil, exige um enfrentamento direto por meio de políticas públicas de transferência de renda. Sem prejuízo do impacto extremamente positivo das demais políticas sociais, estamos convencidos de que é a educação que assegura a superação definitiva da situação de pobreza, pois ela abre um caminho de oportunidades para todos.

Este artigo irá abordar os programas do Brasil sem Miséria realizados em parceria com o MEC, bem como o detalhamento das ações que estão sendo desenvolvidas para consagrar o sucesso das estratégias do plano. Veremos que, a partir da interação entre o MEC e o MDS, é possível desenvolver tecnologias em políticas públicas (como, por exemplo, a Busca Ativa² e a compatibilização entre demanda por formação profissional e sua oferta) que seguramente serão utilizadas nos demais programas do MEC.

O Plano Brasil sem Miséria tem três eixos: (i) garantia de renda; (ii) inclusão produtiva; e (iii) acesso a serviços. Analisaremos apenas as ações do MEC em sua articulação com o Plano. No eixo da garantia de renda, a principal iniciativa é o Programa Bolsa Família, cabendo ao MEC o acompanhamento da condicionalidade em educação. Ainda neste item, o acompanhamento do Benefício de Prestação Continuada (BPC) conta com o apoio do MEC na realização do controle anual

2 Para mais informações sobre a estratégia de Busca Ativa, ver artigos “O papel do Cadastro Único no Brasil sem Miséria”, “O Programa Bolsa Família e a luta para superação da extrema pobreza no Brasil”, e “O eixo de acesso a serviços e Ação Brasil Carinho do Plano Brasil sem Miséria” neste livro.

dos beneficiários. No eixo da inclusão produtiva, cabe ao MEC a oferta de cursos de qualificação profissional por meio do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec). Por fim, no eixo de acesso a serviços, temos a Ação Brasil Carinhoso.

Abordaremos, inicialmente, o Brasil Carinhoso. Em seguida, discutiremos o controle da condicionalidade do Programa Bolsa Família e o BPC, para daí apresentarmos o Pronatec, no que se refere à interação entre o MEC e o MDS. Ao final, mencionaremos as tecnologias de políticas públicas que essa intersectorialidade permitiu desenvolver e como elas poderão vir a ser empregadas em futuras ações do Ministério da Educação.

O caminho para a superação da pobreza e da extrema pobreza passa, certamente, pela educação e a educação passa, certamente, pelo desenvolvimento social, o que torna a ação conjunta entre MEC e MDS uma excelente estratégia para o enfrentamento da desigualdade.

AÇÃO BRASIL CARINHOSO

Desde a primeira infância, as crianças precisam de cuidado e educação para se desenvolverem plenamente. No Brasil, é dever do Estado garantir este direito. O objetivo da educação infantil é promover o desenvolvimento integral da criança em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, com estímulos às suas necessidades de interação e experimentação para a formação de sua identidade. A educação infantil também oferece um importante apoio às famílias. A creche e a pré-escola são espaços de educação para todos, de ampliação das experiências com as quais a criança e os pais estão habituados.

A educação infantil de qualidade é o remédio mais eficaz para o combate à desigualdade: viabilizar alfabetização na idade certa e maior cobertura nas creches e pré-escolas é o primeiro passo para quebrar o círculo de reprodução da desigualdade

social. A garantia de acesso à educação infantil para as crianças em situação de pobreza e extrema pobreza é uma ação estratégica de combate à desigualdade em sua origem.

A Ação Brasil Carinhoso pactuou como prioridade, no âmbito de três ministérios (MDS, MEC e Ministério da Saúde), tirar da invisibilidade as crianças de zero a cinco anos de idade, atendendo às suas necessidades de cuidado, proteção e desenvolvimento. O Brasil Carinhoso tem como princípio norteador a valorização da primeira infância e baseia suas ações no compartilhamento intersetorial de orçamento, gestão, implementação e monitoramento de diversas ações.

No âmbito do Ministério da Educação, o foco nas crianças de zero a cinco anos de idade significa a ampliação do investimento na política de educação infantil. As crianças mais novas (de até 48 meses de idade) e mais pobres recebem prioridade no atendimento em creches. Esse trabalho é realizado em parceria com o MDS, que indica ao MEC as crianças oriundas de famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família. Os recursos são oriundos do Plano Brasil sem Miséria e a operacionalização fica a cargo do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) do MEC, de forma a suplementar o orçamento dos sistemas de ensino para viabilizar o atendimento dessas crianças. Assim, municípios que tenham crianças do Programa Bolsa Família matriculadas em creches públicas ou conveniadas com o poder público recebem repasses financeiros 50% superiores aos que já eram realizados pelo Fundeb³.

Esse apoio é oferecido como estratégia para estimular a priorização do atendimento às crianças vindas dos lares mais necessitados. Além disso, municípios antes sem recursos próprios e, portanto, sem incentivo para expandir a educação infantil, passaram a contar com a antecipação do custeio de novas matrículas em turmas de educação infantil. Os recursos adicionais ampliam e melhoram a qualidade dos serviços prestados.

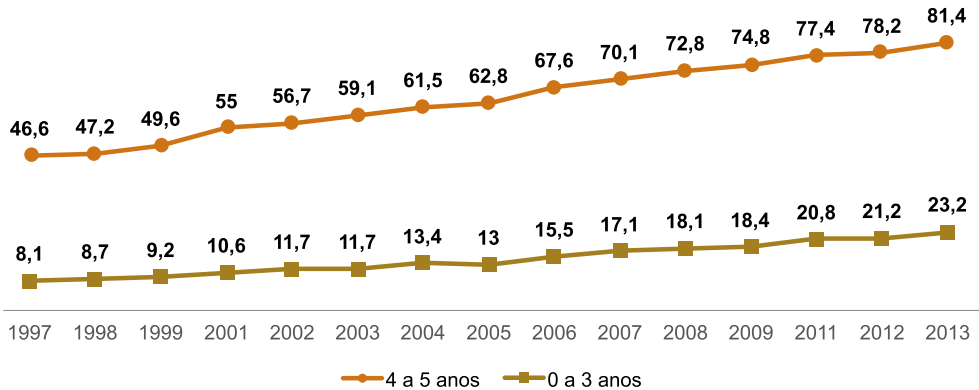
3 *Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação.*

Cabe, ainda, considerar o benefício para os pais e mães, que podem optar por sua inserção no mercado de trabalho tendo a garantia de um ambiente adequado para acolher e educar seus filhos. Esse apoio é especialmente válido para as famílias mais carentes, trazendo mais igualdade e promoção do desenvolvimento às crianças mais pobres.

Sem prejuízo das ações realizadas no âmbito da Ação Brasil Carinhoso, o governo federal tem concentrado esforços na expansão da rede de atendimento de educação infantil, com a construção de novas creches e pré-escolas com projetos arquitetônicos adequados e metodologias construtivas convencionais e inovadoras. Entre 2007 e 2014, foram contratadas as construções de 8.390 unidades de educação infantil em todo o Brasil, totalizando um investimento federal de cerca de R\$ 8 bilhões. Até o momento, já foram entregues 2.052 creches e pré-escolas e mais de quatro mil estão com obras contratadas.

As redes públicas de educação infantil passaram a atender, em 2014, 7,6 milhões de crianças com até cinco anos de idade. A alimentação escolar também teve o investimento reforçado, com aumento de 66% do valor repassado para as crianças matriculadas, desde o lançamento do Brasil Carinhoso em 2012. A evolução da taxa de frequência à pré-escola pode ser vista no seguinte gráfico:

Gráfico 1 – Taxa de frequência da população de 0 a 5 anos à escola no Brasil



Fonte: IBGE/PNAD. Elaboração: Inep.

Tantos alunos novos exigiram um amplo movimento de qualificação pedagógica, de melhoria da formação de professores e gestores, para viabilizar o atendimento na rede pública. Mais do que novos alunos, a inclusão de crianças mais novas e mais pobres coloca em perspectiva a quebra de preconceito e o reconhecimento das especificidades destas crianças.

Essas ações e esses resultados evidenciam o comprometimento do MEC com a primeira infância e fortalecem o comprometimento intersetorial, que ganhou novos contornos a partir do trabalho conjunto com o MDS e MS. O repasse de recursos e a construção de novas unidades de educação infantil são complementados pela Busca Ativa do público a ser beneficiado, tornando os esforços do governo mais efetivos. Nesse sentido, a Busca Ativa é medida indispensável para potencializar os investimentos do MEC na expansão da rede de atendimento da educação infantil. Essa iniciativa será de extrema relevância para contribuir com o cumprimento da primeira meta do novo Plano Nacional de Educação, aprovado pela Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014:

“universalizar, até 2016, a educação infantil na pré-escola para as crianças de 4 (quatro) a 5 (cinco) anos de idade e ampliar a oferta de educação infantil em creches de forma a atender, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) das crianças de até 3 (três) anos até o final da vigência deste PNE”

A CONDICIONALIDADE DE EDUCAÇÃO DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA

Crianças e jovens em situação de pobreza e extrema pobreza são os primeiros a abandonar a escola. Sem algum tipo de auxílio, as desigualdades sociais podem voltar a crescer. Com o intuito de combater esse cenário, foram estabelecidas as condicionalidades de educação do Programa Bolsa Família.

A gestão do acompanhamento dessa condicionalidade é atribuição do MEC, tendo em vista que as famílias beneficiárias do Programa assumem o compromisso de manter seus filhos matriculados e com frequência escolar mínima (85% para estudantes de seis a 15 anos de idade e 75% para jovens de 16 e 17 anos). A frequência escolar é acompanhada bimestralmente e, a partir daí, realiza-se um diagnóstico das razões da baixa frequência dos estudantes à escola, com o objetivo de enfrentar a evasão e estimular a permanência e a progressão educacional de crianças e jovens em situação de vulnerabilidade.

Para esse acompanhamento, o MEC criou, em 2006, o Sistema de Acompanhamento da Frequência Escolar (Sistema Presença). O Sistema Presença recebe a base de beneficiários do Bolsa Família com idade entre 6 e 17 anos, encaminhada pelo MDS, e disponibiliza o acesso aos municípios, para que eles possam registrar as informações de frequência dos estudantes.

Nos casos de não cumprimento da frequência mínima exigida, as escolas informam os possíveis motivos do baixo comparecimento, que podem sinalizar

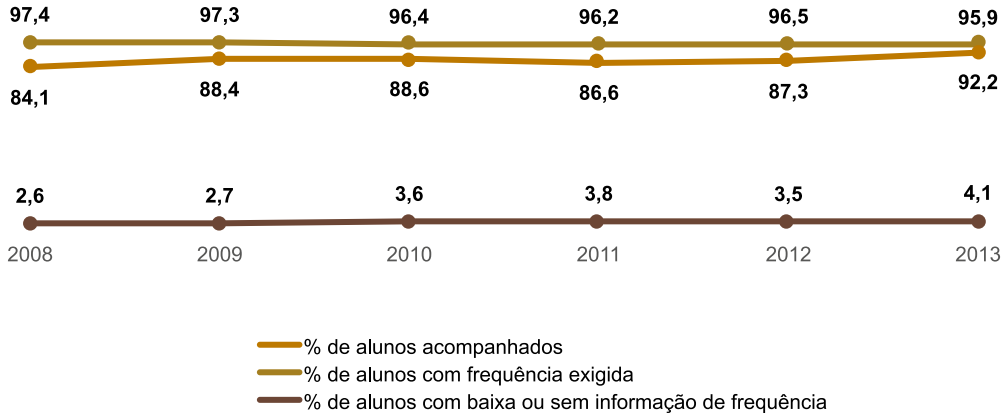
maior grau de vulnerabilidade social em que se encontram o estudante e sua família, exigindo, assim, ações intersetoriais que se reforçam reciprocamente: a frequência à escola é o mecanismo pelo qual a vulnerabilidade social é detectada e combatida, ao passo que a assistência social ajuda o estudante em maior situação de vulnerabilidade a não desistir dos estudos.

Após o repasse das informações pelos municípios, os dados são consolidados e encaminhados ao MDS para que os resultados sejam avaliados, de forma a identificar aqueles que, porventura, descumpram a condicionalidade.

Em 2008, do total de beneficiários do programa com idade entre 6 e 17 anos, 84,1% dos estudantes foram acompanhados⁴ pelo Sistema Presença. Em 2013, esse percentual atingiu 92,2%, como pode ser observado no gráfico abaixo. Entre os 17 milhões de beneficiários do Bolsa Família acompanhados devido às condicionalidades em educação, mais de 96% cumpriram com a frequência exigida, nos seis anos analisados.

⁴ Embora o acompanhamento da frequência escolar por meio do Sistema Presença tenha sido iniciado em 2006, os dados referente a esse ano e a 2007 não estão consolidados.

Gráfico 2 – Percentual do acompanhamento da frequência escolar dos beneficiários do Programa Bolsa Família com idade entre seis e 17 anos



Fonte: Sistema Presença/MEC.

Mesmo com a parceria dos entes federados no acompanhamento das condicionalidades, alguns alunos ficam com status de “não localizados” no Sistema Presença. Com o intuito de localizar e diminuir esse público, é feita uma comparação anual entre os dados do Sistema e os do Censo Escolar da Educação Básica. Esse trabalho é feito em parceria com o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Anísio Teixeira (Inep). Com isso, aumenta-se a sinergia entre os atores envolvidos no combate à pobreza e na redução das desigualdades.

BPC NA ESCOLA

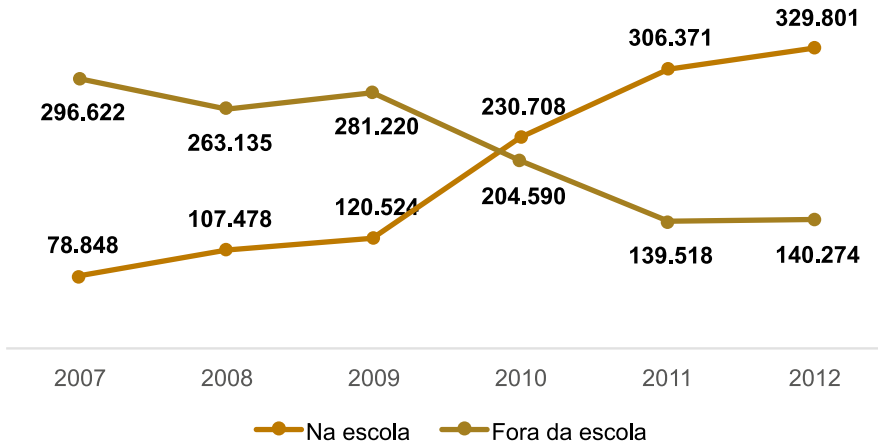
O Programa de Acompanhamento e Monitoramento do Acesso e Permanência na Escola das Pessoas com Deficiência Beneficiárias do Benefício de Prestação Continuada da Assistência Social (BPC na Escola) é mais um exemplo da atuação

conjunta entre o MEC e o MDS. O acompanhamento da frequência à escola dos beneficiários do BPC é iniciativa de fundamental importância para conciliar acesso à educação e combate à pobreza. Muitas vezes, e pelas mais diversas razões, crianças com algum tipo de deficiência acabam por não frequentar a escola – regular ou especializada. O governo federal instituiu, então, o Programa BPC na Escola⁵, que tem como objetivo garantir o acesso e a permanência na escola das pessoas com deficiência beneficiárias do BPC com idade entre zero e 18 anos de idade.

O MEC está envolvido na realização anual da comparação dos dados dos beneficiários do BPC na Escola com as matrículas do Censo Escolar da Educação Básica a fim de identificar quantos estão matriculados e com frequência regular à escola. Segundo os dados do Censo Escolar da Educação Básica, houve um crescimento de 3% na matrícula da educação especial de 2012 para 2013, sendo que a maior parte desse percentual de alunos está inserida em classes comuns. Em 2007, no surgimento do BPC na Escola, do total de 375.470 beneficiários do Programa, 78.848 foram matriculados, o que representava 27%. Com o avanço do BPC na Escola, em 2012 o número de matriculados saltou para 329.801, ou seja, 70% do total de beneficiários. A mudança, portanto, foi significativa: houve uma inversão radical da situação, revelando a grande inclusão de pessoas com deficiência na escola, conforme gráfico abaixo.

5 O BPC na Escola foi instituído pela Portaria Interministerial MDS/MEC/MS/SDH n° 18, de 24 de abril de 2007, e se estrutura a partir de quatro eixos principais, que visam: (1) identificar, anualmente, entre os beneficiários do BPC até 18 anos, aqueles que estão na escola e aqueles que estão fora da escola; (2) identificar as principais barreiras para o acesso e permanência na escola das pessoas com deficiência beneficiárias do BPC; (3) realizar estudos e desenvolver estratégias conjuntas para superação destas barreiras; (4) realizar o acompanhamento sistemático das ações e programas dos entes federados que aderirem ao Programa.

Gráfico 3 – Beneficiários do BPC na Escola localizados com matrícula no Censo Escolar



Fonte: MEC.

Além do batimento dos dados, o MEC criou um *hotsite*⁶ do Programa BPC na Escola em que constam informações sobre o programa, adesão, questionários aplicados para identificação de barreiras de acesso à educação regular com o intuito de subsidiar a elaboração de propostas de políticas públicas para a superação dessas barreiras e, ainda, a possibilidade de gerar relatórios, por estado e município, com informações coletadas pelo questionário.

6 Acesso ao sistema: bpcnaescola.mec.gov.br.

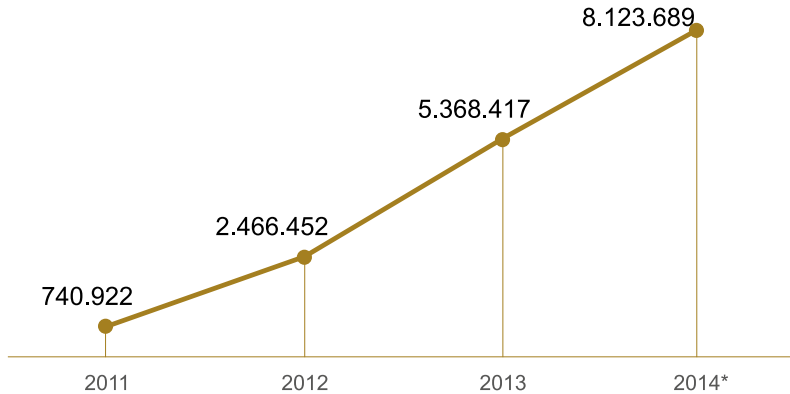
PROGRAMA NACIONAL DE ACESSO AO ENSINO TÉCNICO E EMPREGO (PRONATEC)

É inegável o avanço das políticas no campo da educação profissional e tecnológica desde 2003⁷. Essa evolução foi impulsionada pelos méritos sociais e produtivos dessa modalidade de educação, reconhecida por sua capacidade de incluir o estudante rapidamente no setor produtivo, gerando renda, dignidade e igualdade. Foi por essa razão que o governo federal recuperou os investimentos na rede federal de educação profissional e tecnológica, bem como aprimorou sua relação com as instituições formadoras do Sistema S.

Iniciado em 2011, o Pronatec é uma iniciativa do governo federal para expandir o acesso a cursos de qualificação profissional e a cursos técnicos, com o objetivo de aumentar a produtividade e a competitividade do país, com inclusão social. São objetivos do Programa: (i) fomentar e apoiar a expansão da rede física de atendimento da educação profissional e tecnológica; (ii) ampliar e diversificar a oferta de educação profissional e tecnológica gratuita no país; (iii) integrar programas, projetos e ações de formação profissional e tecnológica; e (iv) democratizar as formas de acesso à educação profissional e tecnológica para públicos diversos. A evolução geral das matrículas do Pronatec pode ser observada no gráfico a seguir:

⁷ A educação profissional e tecnológica voltou a ser abordada como uma política pública, começando pela realização do Fórum Nacional de Educação Profissional e Tecnológica, passando pela criação dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (Ifets) e expansão dos Centros Federais de Educação Tecnológica (Cefets), até chegar na revolução na oferta de ensino técnico trazida pelo Pronatec, a partir de 2011.

Gráfico 4 – Quantidade de matrículas no Pronatec (acumulado)



*Até setembro.
Fonte: MEC.

O impacto do Pronatec permite afirmar que essa foi a maior ação voltada para a educação profissional na história do país. A determinação política de oferecer mais de oito milhões de vagas gratuitas em cursos técnicos e de aperfeiçoamento profissional resultou na qualificação de milhões de jovens e trabalhadores em todas as regiões do Brasil.

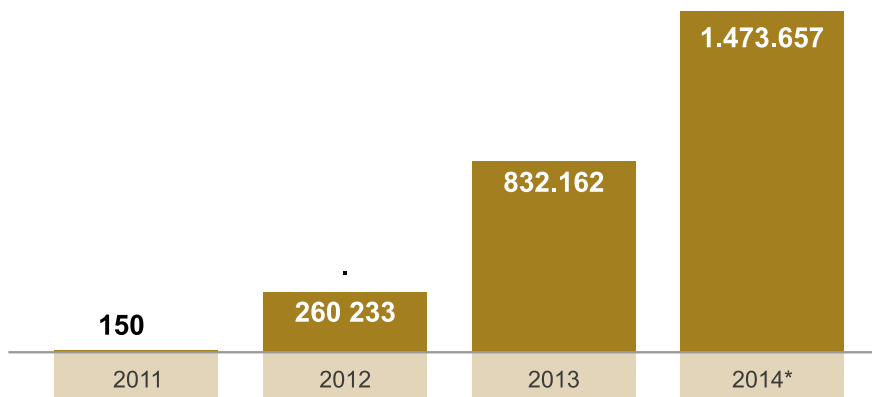
Um dos grandes diferenciais do Pronatec é o modelo de pactuação do Programa, que prevê ação em rede. A intersetorialidade atinge, na educação profissional, seu ponto alto. No plano federal, a rede é composta pelo MEC, que centraliza e viabiliza a correspondência entre oferta e demanda por cursos de qualificação profissional, compatibilizando a oferta de formação profissional e a respectiva demanda; Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), demandante de cursos; pelo Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC), que atua no planejamento da oferta, em atendimento ao desenvolvimento regional; e pelo MDS, principal solicitante de cursos para seu público alvo. Outros ministérios e secretarias também colaboram, trazendo as demandas de seus públicos. Há ainda

uma divisão de competências entre os entes federados, com a participação direta das esferas estadual e municipal.

Os cursos são realizados nas melhores instituições de ensino profissional do Brasil, cuja qualidade é reconhecida pelo mercado, como os Institutos Federais e as entidades do Sistema S: Senai, Senac, Senat e Senar⁸. A oferta de educação profissional de alto padrão tem atraído alunos e proporcionado mão de obra qualificada aos empregadores.

Ao reconhecer a qualificação do trabalhador como via de inclusão, a ação conjunta do MEC e do MDS visa impulsionar a inserção produtiva dos jovens e adultos de baixa renda, proporcionando condições para que esta parcela mais vulnerável da população conquiste uma posição digna no mundo do trabalho.

Gráfico 5 – Quantidade de matrículas no Pronatec Brasil sem Miséria (acumulado)



*Até setembro.

Fonte: MEC.

8 Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (Senai); Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (Senac); Serviço Nacional de Aprendizagem do Transporte (Senat); e Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (Senar).

O MDS é, essencialmente, o parceiro capaz de gerar escala ao programa, sem perder o foco no atendimento de seu público alvo. Especificamente no que concerne à relação entre o MEC e o MDS, a iniciativa de atender ao público do Cadastro Único para Programas Sociais⁹ foi apontada como um dos desafios mais difíceis do Pronatec. Não obstante, graças à experiência do MDS em alcançar essas pessoas foi possível prover, também para esse público, educação profissional gratuita e de qualidade. O MDS parte de uma rede estruturada e articulada no âmbito municipal¹⁰, que conta com dez anos de experiência de Bolsa Família, tornando factível uma ação desse porte. Seu mecanismo de Busca Ativa alimenta o Cadastro Único, base do mapeamento da demanda – e essa rica fonte de informações deu ao Pronatec uma enorme capilaridade, a ponto de, hoje, os cursos de qualificação profissional serem oferecidos em mais de 3.500 municípios. Além disso, o MDS conta com uma excelente capacidade de análise de dados, fator que potencializou o processo de implantação.

A boa aceitação do Pronatec se reflete no momento econômico de alta empregabilidade em que a qualificação facilita o aproveitamento das oportunidades. A satisfação de quem há tempos não pisava em uma sala de aula e teve sua vida transformada depois do curso é a grande prova de sucesso do Pronatec. Com isso, os beneficiários do Programa Bolsa Família passam a contar com a possibilidade de conquistar uma formação profissional que viabiliza a inserção no mercado profissional, estimulando a profissionalização e a formalização do trabalho. Trata-se de exemplo inédito que combina foco no público alvo com oferta de educação profissional gratuita e de qualidade em escala nacional. O impacto na produtividade e na redução das desigualdades é inegável.

9 Para mais informações sobre a estratégia de Busca Ativa, ver artigos “O papel do Cadastro Único no Brasil sem Miséria”, “O Programa Bolsa Família e a luta para superação da extrema pobreza no Brasil”, e “O eixo de acesso a serviços e Ação Brasil Carinho do Plano Brasil sem Miséria” neste livro.

10 Rede do Sistema Único de Assistência Social (SUAS).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Vimos que MEC e MDS têm atuado em conjunto nos três eixos do Plano Brasil sem Miséria. No eixo de acesso a serviços, a Ação Brasil Carinhoso promove o acesso à educação infantil como forma de atuar diretamente sobre a população mais vulnerável, rompendo, na origem, com um dos principais fatores responsáveis pela manutenção da desigualdade social: o acesso restrito à educação infantil. No eixo de garantia de renda, o MEC colabora com o controle da frequência escolar dos beneficiários do Programa Bolsa Família, favorecendo a continuidade dos estudos. Essa ação se desdobra, para o público específico das crianças e jovens com deficiência, com o Programa BPC na Escola, que promove a inclusão escolar das pessoas com deficiência beneficiárias do BPC. Finalmente, no eixo de inclusão produtiva, o Pronatec assegura formação profissional gratuita e de qualidade, em escala nacional, como forma de alavancar a inserção no mercado de trabalho de pessoas em situação de vulnerabilidade social.

Como se vê, a política educacional se beneficia da política de assistência social, ao mesmo tempo em que esta é reforçada pela ampliação do acesso à educação. Isto evidencia que o trabalho de forma intersetorial pode – e deve – ser um modelo a ser seguido pelo governo como um todo.

Por fim, no que diz respeito às tecnologias de políticas públicas empregadas na ação intersetorial, pode-se dizer que a Busca Ativa e a compatibilização entre oferta e demanda por formação serão utilizadas no âmbito do MEC em outros programas.

Nos próximos anos, é preciso, por exemplo, repensar as ações da educação de jovens e adultos a fim de acelerar a queda do analfabetismo no país. Para tanto, serão indispensáveis a Busca Ativa de adultos que não tiveram acesso à educação na idade certa e o ajuste da formação ofertada à demanda dos grupos. Em muitos casos, cursos baseados na alternância e com turmas específicas podem favorecer a progressão nos estudos. Cadastros oficiais, como as listas de votação, podem fornecer indicações precisas de adultos que não concluíram o ensino fundamental,

ponto de partida para a Busca Ativa. Por outro lado, a adequação entre oferta e demanda deverá ser replicada na formação de professores, articulando as universidades formadoras aos sistemas de ensino.

A ação interministerial traz benefícios a todos os envolvidos. No caso da interrelação entre o MEC e o MDS, o vínculo é claro e nos traz uma rica reflexão acerca do problema da desigualdade educacional, em que as dificuldades, o acesso e a permanência na escola determinam a condição social de pessoas em situação de vulnerabilidade social que, deixadas a si próprias, provavelmente não conseguiriam romper este ciclo e mudar seus destinos de vida. Assim, a ação integrada do Plano Brasil sem Miséria, em todos os seus eixos de atuação, ajuda o país a enfrentar uma herança histórica de desigualdade persistente, convertendo, por meio da educação, inclusão social em desenvolvimento social.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. Ministério da Educação. *Acompanhamento da Frequência Escolar de Crianças e Jovens em Vulnerabilidade – Condicionalidade em educação do Programa Bolsa Família – PBF*. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&id=17451&Itemid=817>. Acesso em: 3 de outubro de 2014.

BRASIL. Presidência da República. . *Plano Brasil Sem Miséria*. Disponível em:< <http://www.brasilemmiseria.gov.br/>>. Acesso em: 29 de setembro de 2014.

LOPES DA SILVA, L. A. Mecanismos da construção federal da intersectorialidade no Programa Bolsa Família: o papel das burocracias, *Revista do Serviço Público*, v. 64, n. 3, p.327-350, 2013.

NUTRIÇÃO SAUDE. *Programa Bolsa Família: Gestão de Condicionalidades*. Apresentação feita pela Secretaria Nacional de Renda de Cidadania – SENARC/MDS. Disponível em: <<http://nutricao.saude.gov.br/docs/geral/apresentacaoEventosSaude.pdf>>. Acesso em: 7 de outubro de 2014.

OLIVEIRA, Maria Auxiliadora Monteiro de; CAMPOS, Fernanda Araújo Coutinho. *Políticas Públicas para a Educação Profissional: Governo FHC x Governo. Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais*. 2008. Disponível em: <<http://www.simposioestadopoliticas.ufu.br/imagens/anais/pdf/EC41.pdf>>.

PIRES, A. Afinal, para que servem as condicionalidades em educação do Programa Bolsa Família? *Ensaio: Aval. Pol. Públ. Educ.*, Rio de Janeiro, v. 21, n. 80, p. 513-532, jul./set. 2013.

XIMENES, D. A.; AGATTE, J. A gestão das condicionalidades do Programa Bolsa Família: uma experiência intersetorial e federativa. *Inc. Soc.*, Brasília, DF, v. 5, n. 1, p.11-19, jul./dez. 2011.